



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 21 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 23 de janeiro de 2012

DIÁRIO DO AMAZONAS Trabalhadores do campo experimental da Embrapa denunciam cárcere privado 1 VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Após ouvir ministros, Dilma define alvos do corte no Orçamento..... 2 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Empresas despertam para a inovação 3 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Empresas despertam para a inovação 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Lei de incentivo atrai apenas 875 empresas em seis anos..... 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Dilma cobra medidas para estimular a economia..... 9 VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO O ano zero da tecnologia brasileira..... 10 VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Cortes no Orçamento pouparão PAC e "Minha Casa" 11 VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Dilma define os cortes do orçamento 12 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Governo federal já tem 22 mil cargos de confiança 13 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Petrobras: mão de ferro com nova presidente..... 14 VEICULAÇÃO NACIONAL	
AGÊNCIA BRASIL Argentina diz que comércio bilateral favorece ao Brasil 16 VEICULAÇÃO NACIONAL	
Jornal do Comercio PE Governo deve definir hoje os cortes no OGU..... 17 VEICULAÇÃO NACIONAL	
ESTADAO.COM Após ouvir ministros, Dilma define alvos do corte no Orçamento..... 18 VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR Mercado se abre para as captações externas..... 19 VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR Dilma define os cortes do orçamento 21 VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR Amazonas lança o seu "bacalhau tropical" 23 VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP • Governo terá de bloquear R\$ 70 bi para cumprir meta de superávit..... 25 VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP • Orçamento de 2012 da União prevê R\$ 2,2 tri 27 VEICULAÇÃO NACIONAL	

CBN - MANAUS

Gabrielli deve deixar comando da Petrobras em fevereiro 29
VEICULAÇÃO NACIONAL

RADIO CBN - MANAUS

Presidenta Dilma realiza hoje primeira reunião ministerial do ano 30
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u>	EDITORIA
	TÍTULO Trabalhadores do campo experimental da Embrapa denunciam cárcere privado	
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE

Funcionários afirmam que passam até duas semanas isolados, mantidos em locais insalubres e sem poder fazer qualquer tipo de contato com a família.

Manaus - Trabalhadores do campo experimental do Distrito Agropecuário da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)**, da Embrapa **Amazônia** Ocidental, localizado a 50 quilômetros de **Manaus**, na BR-174, denunciaram ao **Ministério** Público do Trabalho do **Amazonas** (MPT-AM), no dia 12 de janeiro, que são mantidos em cárcere privado, sofrem demissões irregulares e têm desvio de função.

Na semana passada, o site do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e **Desenvolvimento** Agropecuário (Sinpaf) revelou as condições de exploração e degradação dos empregados em seu local de trabalho, “que são obrigados a passar as noites entre segunda e sexta-feira isolados no campo, além de sábado e domingo em regime de plantão, privados do convívio social e familiar e sem qualquer estrutura de atendimento médico e alimentação, além de expostos à falta de segurança”.

Neste domingo, a equipe de reportagem do Portal D24AM esteve no local e constatou a situação. O assistente de **produção** Danilo Lima de Abreu, 44, que já estava trabalhando 12 dias consecutivos, afirmou que é funcionário da Embrapa há 26 anos e sempre foi assim: durante a semana mora em uma casa sem nenhuma condição de higiene, além de viver isolado dos convívios familiar e social, já “que o local não possui nem televisão”. “Quando estou de plantão, fico 12 dias sem ter contato com a família e sem saber das notícias, porque só tem televisão em outra casa distante” contou.

A presidente da Seção Sindical Embrapa **Amazônia**, Simone Alves, informou que a empresa alega que os operários não podem retornar as suas casas por falta de transporte. “Não é verdade. A Embrapa quer que eles permaneçam no campo porque servem de vigias. Isso é desvio de função”, disse ele.

Segundo ela, o problema se arrasta desde a criação do campo experimental. “Como são trabalhadores sem

escolaridade, a questão é deixada de lado. Muitos deles se tornam alcoólatras por ficarem longe de suas famílias”, disse.

Segundo a diretora de Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente do Sinpaf, Mirane Costa, os operários do campo vivem em ambientes insalubres e até agora não houve mudanças para melhorar esse quadro. “A casa onde eles ficam não tem nada, só redes”, disse ao informar que até o uso do telefone é restrito.

Investigação

O MPT-AM informou que existe um procedimento investigativo, anterior à denúncia, sobre as péssimas condições de trabalho no campo experimental da Embrapa **Amazônia** Ocidental. A assessoria de imprensa do MPT revelou que a Embrapa firmou um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), onde se comprometeu a não mais praticar as irregularidades. “Portanto, com a insistência da mesma denúncia mostra o descumprimento do TAC. Neste caso, o MPT adotará as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis para cessar as irregularidades e reparar os prejuízos causados aos trabalhadores e à sociedade”, disse em nota.

A diretora-presidente em exercício da Embrapa **Amazônia** Ocidental, Vania Castiglioni, esclareceu, por meio da assessoria de imprensa, que a “Embrapa é uma empresa pública que prima pela observância da legislação vigente e pelo bem-estar de seus trabalhadores. A diretora definiu como ‘cárcere privado’ uma expressão usada para designar a prisão forçada ou injusta de uma pessoa em casa particular, sem que se atribua a seu autor direito ou jurisdição para semelhante ato. O que não é o caso”.

O Portal D24AM tentou fazer contato, na tarde deste domingo, com a **Suframa**, por meio de sua assessoria de imprensa, mas não obteve retorno.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Após ouvir ministros, Dilma define alvos do corte no Orçamento		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Presidente começou a consultar os auxiliares na quinta-feira e os indagou sobre planos para 2012; ajuste deve ser de R\$ 70 bi

Célia Froufe

A presidente Dilma Rousseff deverá definir hoje, numa reunião com os 38 ministros, no final da tarde, o corte nos programas dos **Ministérios** para que sejam economizados cerca de R\$ 70 bilhões no Orçamento de 2012.

Desde quinta-feira a presidente vem ouvindo os planos de cada um dos ministros para este ano. As reuniões terminam hoje, com os ministros do setor de infraestrutura. Em seguida, haverá o encontro geral.

Decidido o valor do corte no Orçamento, o Banco Central terá como fazer os cálculos para a política da taxa de juros - que vem se mantendo em queda - sem comprometer a meta de segurar a inflação deste ano na meta de 4,5%.

Na semana passada, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa (conhecida por taxa Selic) para 10,50% ao ano. As expectativas do **mercado** são de que as quedas continuem nos próximos meses.

A ideia posta em prática pela presidente Dilma Rousseff é a de que se o governo segurar seus gastos sobrar espaço para que o Banco Central a já como o **mercado** espera. Isso dará mais força à oferta de crédito e financiamento - assunto que ganhou uma reunião específica com a presidente no domingo e da qual participaram os ministros Guido Mantega (Fazenda), Miriam Belchior (Planejamento), Aloizio Mercadante (Ciência e Tecnologia, transferindo-se para a Educação), Fernando **Pimentel (Desenvolvimento, Indústria e Comércio**

Exterior) e os presidentes do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**), Luciano Coutinho, e da Caixa, Jorge Hereda.

A favor do governo está a expectativa de mais um ano de forte arrecadação de impostos, assim como ocorreu em 2011. Só de receitas extras, fala-se, por baixo, de mais R\$ 18 bilhões. Se confirmado o aumento, uma estratégia poderá ser a de simplesmente limitar o crescimento dos gastos. Dessa forma, os investimentos da União poderiam ser feitos sem corte nenhum. Para este ano, são previstos investimentos de R\$ 79,7 bilhões, dos quais R\$ 42,4 bilhões são para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A avaliação da equipe econômica é a de que o **Brasil** vem conseguindo algum descolamento da crise internacional. A questão é que a percepção também é a mesma por parte dos investidores estrangeiros, que passaram a remeter pequenas fortunas para a bolsa brasileira nos primeiros dias do ano. Esse movimento, ao lado de outros indicadores preliminares, fez o **dólar** recuar mais de 5% desde 1.º de janeiro.

Plano de voo

R\$ 79,7 bi é a previsão de investimentos do **Governo Federal** para 2012, que tem expectativa de receitas extras de cerca de R\$ 18 bilhões

R\$ 42,4 bi é o valor destinado pelo Planalto para as obras do **Plano de Aceleração do Crescimento** (PAC)

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Empresas despertam para a inovação		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Pesquisa do IEDI mostra que mais de 70% das grandes companhias brasileiras querem ser líderes em tecnologia nos próximos 10 anos

Marcelo Rehder

No horizonte de dez anos, mais de 70% das grandes empresas brasileiras pretendem ser líderes em tecnologia, apesar das condições econômicas adversas que afetam o seu desempenho. Na situação atual, cerca de 40% entendem que já são líderes, mas ainda prevalecem posicionamentos mais tímidos, como o de seguidor rápido de tecnologias de ponta ou de adaptador de tecnologias ao mercado brasileiro.

As informações são de uma pesquisa inédita do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), que entrevistou os principais dirigentes de 40 grupos privados, dos quais 30 de empresas de maioria de capital nacional e dez grandes empresas transnacionais que atuam no mercado brasileiro. Esses grupos respondem por 80% do esforço nacional em pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Hoje, o número de empresas que fazem Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) no Brasil não passa de 2,5 mil, enquanto 30 mil são inovadoras. É pouco num universo de quase 100 mil empresas industriais existentes no País. "Mas o mundo inteiro é assim", diz o coordenador da pesquisa, o reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Carlos Américo Pacheco.

Para 58% dos entrevistados, a inovação tecnológica é decisiva para sua estratégia de mercado atual, enquanto 42% consideram a tecnologia relevante. No horizonte de dez anos, o entendimento se altera de forma ainda mais explícita: 80% das empresas afirmam que a tecnologia terá papel decisivo e 20% consideram que será relevante.

"As empresas estão percebendo que se quiserem entrar no mundo vão ter de investir em inovação", diz o presidente do IEDI, Pedro Passos, sócio fundador da Natura Cosméticos. "Entender a inovação com o tor do crescimento passou a ser fonte de sobrevivência das empresas de manufatura", frisa.

Nesse cenário, os resultados da pesquisa indicam que o diagnóstico, repetido em muitos fóruns de debates, de que

falta cultura de inovação nas empresas brasileiras "não passa de bobagem", diz Pacheco.

"As empresas brasileiras respondem aos desafios que o mercado e o ambiente econômico lhes impõem", diz o presidente do Grupo Ultra, Pedro Wongtschowski, um dos entrevistados na pesquisa. Para ele, se a inovação não for entendida nesse contexto, a discussão se as empresas inovam ou não inovam se restringem apenas a um problema comportamental, em geral "associado a um julgamento moral" do papel esperado das lideranças empresariais. "O essencial é entender que as empresas inovam por razões econômicas."

Na verdade, são condições como preços e custos relativos do Brasil, perspectivas de demanda e o grau de capacitação da própria empresa e de seus fornecedores, que ditam as estratégias empresariais e o que as empresas fazem em termos de inovação, ressalta o coordenador da pesquisa do IEDI.

Na visão dos executivos consultados, as razões mais frequentes para inovar são ampliar receitas e atender as necessidades dos consumidores, apontadas por três entre cada quatro empresas. Duas em cada três também assinalam as motivações de atender as necessidades dos consumidores e reduzir custo.

Entre as razões citadas com menos frequência se encontram a internacionalização das empresas e criação de oportunidades de exportação. Para o IEDI, isso reflete a baixa inserção internacional do Brasil em segmentos mais dinâmicos e também a valorização do real frente ao dólar.

Novas escolhas. Na avaliação do presidente da Suzano Papel e Celulose, Daniel Feffer, o investimento em inovação terá maior impulso e será economicamente viável se atrelado a uma política industrial.

"O governo está empenhado na agenda de inovação, mas não terá recursos para tudo", diz o presidente da Fiat, Cledorvino Bellini. Ele lembra que os centros de excelência que o Brasil tem, como a Embrapa e o ITA, foram escolhas estratégicas que deram resultados, mas o País vai ter de fazer novas escolhas.

"A nova classe média vai demandar novos produtos, mas vai ser uma competição global", alerta. "Não podemos fazer como em algumas indústrias em que se concebe o produto no Brasil, se produz na China e se distribui aqui. Isso vai exigir inovação e investimentos", frisa.

Para o presidente da subsidiária brasileira da IBM, Ricardo Pellegrini, o País vai continuar atraindo novos centros de P&D e atividades de inovação de empresas internacionais. "Fazer políticas afirmativas e indicar claramente quais são as prioridades sinaliza às direções das corporações em que setores o **Brasil** quer ser um player global."

A pesquisa também revela problemas, como mecanismos de gestão ainda insatisfatórios. A visão da cúpula das empresas é mais afirmativa e mais otimista para aspectos gerais ou situados no plano estratégico. Quando perguntados

sobre métrica, gestão ou capacitações, as respostas tendem a indicar que ainda há muito o que fazer, explica o coordenador do trabalho.

Vetor de crescimento

PEDRO PASSOS

PRESIDENTE DO IEDI

"As empresas estão percebendo que se quiserem entrar no mundo vão ter de investir em inovação."

"Entender a inovação como vetor do crescimento passou a ser fonte de sobrevivência."

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Empresas despertam para a inovação		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Pesquisa do IEDI mostra que mais de 70% das grandes companhias brasileiras querem ser líderes em tecnologia nos próximos 10 anos

MARCELO REHDER - O Estado de S.Paulo

No horizonte de dez anos, mais de 70% das grandes empresas brasileiras pretendem ser líderes em tecnologia, apesar das condições econômicas adversas que afetam o seu desempenho. Na situação atual, cerca de 40% entendem que já são líderes, mas ainda prevalecem posicionamentos mais tímidos, como o de seguidor rápido de tecnologias de ponta ou de adaptador de tecnologias ao mercado brasileiro.

As informações são de uma pesquisa inédita do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), que entrevistou os principais dirigentes de 40 grupos privados, dos quais 30 de empresas de maioria de capital nacional e dez grandes empresas transnacionais que atuam no mercado brasileiro. Esses grupos respondem por 80% do esforço nacional em pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Hoje, o número de empresas que fazem Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) no Brasil não passa de 2,5 mil, enquanto 30 mil são inovadoras. É pouco num universo de quase 100 mil empresas industriais existentes no País. "Mas o mundo inteiro é assim", diz o coordenador da pesquisa, o reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Carlos Américo Pacheco.

Para 58% dos entrevistados, a inovação tecnológica é decisiva para sua estratégia de mercado atual, enquanto 42% consideram a tecnologia relevante. No horizonte de dez anos, o entendimento se altera de forma ainda mais explícita: 80% das empresas afirmam que a tecnologia terá papel decisivo e 20% consideram que será relevante.

"As empresas estão percebendo que se quiserem entrar no mundo vão ter de investir em inovação", diz o presidente do IEDI, Pedro Passos, sócio fundador da Natura Cosméticos. "Entender a inovação como vetor do crescimento passou a ser fonte de sobrevivência das empresas de manufatura", frisa.

Nesse cenário, os resultados da pesquisa indicam que o diagnóstico, repetido em muitos fóruns de debates, de que

falta cultura de inovação nas empresas brasileiras "não passa de bobagem", diz Pacheco.

"As empresas brasileiras respondem aos desafios que o mercado e o ambiente econômico lhes impõem", diz o presidente do Grupo Ultra, Pedro Wongtschowski, um dos entrevistados na pesquisa. Para ele, se a inovação não for entendida nesse contexto, a discussão se as empresas inovam ou não inovam se restringem apenas a um problema comportamental, em geral "associado a um julgamento moral" do papel esperado das lideranças empresariais. "O essencial é entender que as empresas inovam por razões econômicas."

Na verdade, são condições como preços e custos relativos do Brasil, perspectivas de demanda e o grau de capacitação da própria empresa e de seus fornecedores, que ditam as estratégias empresariais e o que as empresas fazem em termos de inovação, ressalta o coordenador da pesquisa do IEDI.

Na visão dos executivos consultados, as razões mais frequentes para inovar são ampliar receitas e atender as necessidades dos consumidores, apontadas por três entre cada quatro empresas. Duas em cada três também assinalam as motivações de atender as necessidades dos consumidores e reduzir custo.

Entre as razões citadas com menos frequência se encontram a internacionalização das empresas e criação de oportunidades de exportação. Para o IEDI, isso reflete a baixa inserção internacional do Brasil em segmentos mais dinâmicos e também a valorização do real frente ao dólar.

Novas escolhas. Na avaliação do presidente da Suzano Papel e Celulose, Daniel Feffer, o investimento em inovação terá maior impulso e será economicamente viável se atrelado a uma política industrial.

"O governo está empenhado na agenda de inovação, mas não terá recursos para tudo", diz o presidente da Fiat, Cledorvino Bellini. Ele lembra que os centros de excelência que o Brasil tem, como a Embrapa e o ITA, foram escolhas estratégicas que deram resultados, mas o País vai ter de fazer novas escolhas.

"A nova classe média vai demandar novos produtos, mas vai ser uma competição global", alerta. "Não podemos fazer como em algumas indústrias em que se concebe o produto no Brasil, se produz na China e se distribui aqui. Isso vai exigir inovação e investimentos", frisa.

Para o presidente da subsidiária brasileira da IBM, Ricardo Pellegrini, o País vai continuar atraindo novos centros de P&D e atividades de inovação de empresas internacional. "Fazer políticas afirmativas e indicar claramente quais são as

prioridades sinaliza às direções das corporações em que setores o **Brasil** quer ser um player global."

A pesquisa também revela problemas, como mecanismos de gestão ainda insatisfatórios. A visão da cúpula das empresas é mais afirmativa e mais otimista para aspectos gerais ou situados no plano estratégico. Quando perguntados sobre métrica, gestão ou capacitações, as respostas tendem a indicar que ainda há muito o que fazer, explica o coordenador do trabalho.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Lei de incentivo atrai apenas 875 empresas em seis anos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Para usufruir da chamada "Lei do Bem", IR tem de ser declarado pelo regime de lucro real; só 4% das empresas fazem isso

LU AIKO OTTA/BRASÍLIA. - O Estado de S.Paulo

Criada há seis anos para, entre outras bondades, incentivar empresas a investir em pesquisa, **desenvolvimento** e inovação, a Lei do Bem está encalhada nesse ponto. Apenas 875 empresas a utilizaram em 2010, segundo relatório divulgado em dezembro passado pelo **Ministério** da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Essas empresas investiram R\$ 10,7 bilhões na atividade, o que resultou numa renúncia fiscal de R\$ 2,1 bilhões. "Temos muito a crescer pela frente", reconheceu o secretário de **Desenvolvimento** Tecnológico e Inovação do MCT, Ronaldo Mota.

A Lei do Bem permite que as empresas deduzam na íntegra os gastos com pesquisa, **desenvolvimento** e inovação do Imposto de Renda. Além disso, 60% dessas mesmas despesas reduzem a base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Há descontos extras em caso de aumento do número de pesquisadores contratados ou obtenção de patente.

A Lei também garante desconto de 50% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de máquinas e equipamentos para atividades de pesquisa e alíquota zero de Imposto de Renda (IR) na remessa de recursos ao exterior para registrar e manter patentes, entre outros benefícios.

"A lei vai na direção certa, mas atinge um público restrito", lamentou o gerente executivo da Unidade de Estudos e Políticas Industriais e Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Paulo Mol.

Os incentivos fiscais só podem ser usados por empresas que declaram o Imposto de Renda pelo regime de lucro real que é, mal comparando, como a declaração de renda completa para pessoas físicas. Só 3% a 4% das

empresas no País fazem isso, normalmente companhias de grande porte.

Pequenas e médias. Ao fazer essa restrição, o governo acaba gerando um problema. Estudo da Organização para a Cooperação e o **Desenvolvimento** Econômico (OCDE) mostra que o processo de inovação é liderado pelas empresas médias e pequenas. No Brasil, elas não têm acesso à Lei do Bem porque declaram o IR pelo regime presumido que, como o próprio nome diz, calcula o tributo devido sobre uma estimativa de lucro.

A CNI já sugeriu à Receita Federal que estenda os benefícios às demais empresas, sem sucesso. "Eles entendem que o fato de recolher IR pelo lucro presumido já é um benefício fiscal", contou Mol.

Para o secretário Ronaldo Mota, do **Ministério** de Ciência e Tecnologia, as empresas brasileiras têm resistência a mudar do sistema de lucro presumido para o lucro real. "Mas é uma cultura que está mudando", acrescentou.

Além de ter de estar no regime de lucro real, a empresa precisa registrar lucro para poder utilizar os abatimentos da Lei do Bem. "Quando ela tem prejuízo, não pode", explica Mol. "Ou seja, quando ela mais precisa inovar, ela deixa de ter o incentivo."

Nesse caso, a sugestão da CNI à Receita é que as despesas que a empresa fizer com inovação sejam transformadas em créditos tributários, a serem utilizados quando ela achar mais conveniente.

Melhorias. O secretário de **Desenvolvimento** Tecnológico e Inovação do MCT informa que a Receita Federal tem se mostrado "sensível" em relação às propostas de aperfeiçoamentos na lei. Cita como exemplo uma alteração recente que permitiu abatimento de despesas com contratação de pesquisadores em meio período (antes só era permitido para os contratados em dedicação exclusiva).

Apesar do número reduzido de empresas que se valem do benefício, Mota avalia como positivo o desempenho da Lei do Bem. "Há um crescimento consistente e significativo desde o primeiro ano de aplicação da lei", disse.

No primeiro ano, 130 empresas utilizaram as facilidades. De 2009 para 2010, o aumento das beneficiárias foi de 30%.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma cobra medidas para estimular a economia		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Governo vai passar a pedir relatórios semanais sobre execução de projetos

Presidente quer mais empenho para retomar o crescimento do PIB e também para favorecer consumo e exportações

Depois de uma série de discussões setoriais, a presidente Dilma Rousseff realiza hoje a primeira reunião ministerial deste ano decidida a cobrar mais empenho de sua equipe nas ações do **Governo Federal** e medidas para estimular a economia do país.

No encontro, deve ser anunciado um sistema de acompanhamento dos programas prioritários para o Planalto, que será coordenado pela Casa Civil. O **monitoramento** envolve a entrega de relatórios semanais com a avaliação da execução e do andamento dos projetos.

Dilma considera **importante** dar uma resposta às críticas de que descuidou da administração do governo em 2011 por conta da "faxina" que derrubou seis ministros envolvidos em suspeitas de corrupção.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, deve sinalizar como será a execução do Orçamento. Na última semana, os ministros apresentaram ao governo uma lista de prioridades para tentar evitar que sejam atingidos pelo corte que pode chegar a R\$ 60 bilhões. Foram avaliados os pontos positivos e os problemas dos **Ministérios**.

CRESCIMENTO

Em sua fala, a presidente também fará uma avaliação geral das políticas do governo, além de recomendações aos ministros, especialmente sobre a economia. O aviso será de que é preciso crescer com segurança. A presidente quer medidas para retomar o crescimento do **PIB** (Produto Interno Bruto).

No último sábado, ela encomendou ao Banco do **Brasil** e à Caixa Econômica Federal estudos com medidas que possam estimular o crescimento do crédito em 2012.

A ideia é favorecer o crédito produtivo, para incentivar o consumo, e também para aumentar a **exportação** por empresas brasileiras.

A avaliação da equipe econômica do governo é a de que o **PIB** deverá crescer de 4% a 5% neste ano, sendo que a base para isso deverá ser o consumo interno, financiado pelo crédito.

Segundo projeções do Banco Central, o estoque de empréstimos e financiamentos deve aumentar neste ano apenas 15%. A alta deverá ser puxada basicamente pela concessão de crédito para habitação por parte dos bancos públicos.

DISCURSO

A presidente deve evitar o tom político no encontro, uma vez que as negociações com os aliados sobre a reforma ministerial ainda estão em andamento.

Diferente do ano passado, a presidente não deve dar espaço para que todos os ministros falem. Ela não gosta do formato de grandes reuniões. Julga-o ampliado demais e ineficiente.

Ontem, a presidente fez uma reunião em que foram discutidos grandes eventos que o país sediará, como a Copa de 2014, a Olimpíada de 2016 e a Rio+20.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO O ano zero da tecnologia brasileira		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Antonio Gil

O país pode aumentar as suas exportações de tecnologia da informação, oferecendo sistemas para gerir produção agrícola e eleições, por exemplo

O ano de 2011 foi marcado por grandes avanços no setor de tecnologia da informação (TI).

Em uma economia com crescimento moderado, as projeções de crescimento para a área de TI foram de 13%, atingindo receitas de US\$ 96 bilhões. É o Brasil se tornando mais competitivo, pois TI está na base da sociedade, trazendo ganhos de produtividade para todos os setores. Dados do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) mostram que as empresas que investem em TI são 13,24% mais produtivas.

A grande vitória do setor em 2011 foi a desoneração da folha de pagamentos. A medida, contemplada no Plano Brasil Maior, atende a uma das principais reivindicações do setor, intensivo em mão de obra.

Com a mudança da contribuição previdenciária de 20% sobre a folha de pagamentos para 2,5% do faturamento, o incentivo para as empresas de TI e TIC (tecnologias de informação e comunicação) será de R\$ 1 bilhão apenas em 2012. Nos três anos de vigência da desoneração, a previsão é de R\$ 3 bilhões.

Não é um custo pequeno, mas será compensado. Como a informalidade da mão de obra é um grande problema do setor, a tendência agora é de que ela diminua rápido.

Com mais formalidade e maiores receitas de imposto de renda, a conta do Tesouro Nacional no item TI tenderá ao equilíbrio, ou até mesmo registrará ganhos.

Quase 80% dos trabalhadores informais serão contratados pela CLT, produzindo um ambiente mais ético para os negócios, além de menos conflituoso na Justiça do Trabalho. As formas de contratação praticadas hoje no setor inviabilizam o crescimento das empresas brasileiras, pois criam passivos trabalhistas que turvam os balanços e dificultam a abertura de capital.

A desoneração será total para as exportações, pois as receitas com as vendas para o exterior serão excluídas da

base de cálculo. A tecnologia brasileira terá, assim, condições de conquistar maiores fatias do mercado no exterior.

Excelência em TI o Brasil possui, com sistemas sem paralelo no mundo em serviços financeiros, eleições, gestão de produção agrícola, exploração de petróleo, além de diversas aplicações sofisticadas de TI.

Nossas exportações, que ainda engatinham, têm potencial para evoluir dos atuais US\$ 2,6 bilhões para US\$ 20 bilhões em dez anos. TI poderá, ainda, ser um dos grandes motores da geração de empregos em 2012.

Estudos da Brasscom revelam que os saldos entre as contratações e demissões de TI devem crescer 31% em 2012 nos seus oito mercados principais.

Em 2012, os desafios do setor de TI e do governo serão implantar bons programas de qualificação da mão de obra, acelerar os programas de infraestrutura e investir em inovação. A demanda por banda larga deve aumentar até 35 vezes até 2019.

Mas o maior de todos os desafios é transformar a tecnologia em um componente central para a produtividade da economia nacional.

A representatividade de TI no PIB de países desenvolvidos é de cerca de 6%. No Brasil, ficamos em cerca de 4%. Mas temos excelência técnica para chegar lá. Com os incentivos obtidos, 2012 será o ano zero da nova caminhada da TI brasileira.

ANTONIO GIL, 73, é presidente da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom)

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Cortes no Orçamento pouparão <u>PAC</u> e "Minha Casa"		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Fernando Exman e João Villaverde

A presidente Dilma Rousseff decidiu poupar os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida dos cortes que fará no Orçamento de 2012. O assunto foi debatido pela presidente com ministros e presidentes de bancos públicos. A ideia do governo é priorizar esses investimentos, que devem somar respectivamente R\$ 25,6 bilhões e R\$ 11,1 bilhões, com o objetivo de estimular o crescimento em 2012.

Após analisar os efeitos da crise financeira global e seus impactos sobre a economia brasileira, Dilma e ministros discutiram novas medidas de estímulo à indústria e às exportações. A presidente está preocupada com o baixo desempenho da indústria nacional.

Nos últimos dias, Dilma promoveu uma série de reuniões setoriais para definir as prioridades deste ano. Os encontros são preparatórios para a reunião ministerial agendada para a tarde de hoje.

No sábado, Dilma convocou os ministros Fernando PIMentel (Desenvolvimento), Guido Mantega (Fazenda), Aloizio Mercadante (Ciência e Tecnologia e futuro ministro da Educação), Miriam Belchior (Planejamento), Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência), Gleisi Hoffmann (Casa Civil), Antonio Patriota (Relações Exteriores) e Celso Amorim (Defesa) para debater o cenário econômico e políticas de crédito e financiamento. Participaram também o vice-presidente Michel Temer e os presidentes da Caixa Econômica Federal, Jorge Hereda, e do BNDES, Luciano Coutinho.

O ano de 2012 será de transição para a atuação do BNDES. Essa foi a mensagem passada pelo seu presidente a Dilma e aos ministros reunidos no Palácio da Alvorada, no sábado. De acordo com a apresentação de Coutinho, a atuação do banco foi central para o período entre 2008 e 2010, quando a economia brasileira sofreu o impacto da crise mundial e os planos de investimentos foram sustados.

A recuperação da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), principal indicador de investimentos em máquinas, equipamentos e construção civil, a partir do segundo semestre de 2009 ocorreu principalmente devido ao fator impulsionador desempenhado pelo BNDES, que naquele ano recebeu um aporte de R\$ 100 bilhões do Tesouro Nacional. Em 2010, ano em que a economia cresceu 7,5%, o BNDES continuou como protagonista dos investimentos, e o aporte do Tesouro permaneceu relevante, de R\$ 80 bilhões.

Já em 2011, quando haveria a transição defendida por Coutinho no sábado, a desaceleração econômica induzida pelo governo deu ao BNDES um caráter de apoio ao crédito para investimento, uma vez que a demanda por empréstimos diminuiu, ao mesmo tempo em que o canal privado de crédito ficou mais caro, diante da elevação das taxas de juros (até julho) e das medidas macroprudenciais, que reduziram o ímpeto do consumo, afetando a perspectiva dos investimentos.

O ano de 2012, enfim, será o de transição do papel do BNDES, disse Coutinho na reunião de sábado, segundo relato de um dos participantes. A ideia é coordenar a saída do BNDES do mercado de crédito de longo prazo com o incentivo aos bancos privados - projeto nesta direção, lançado pelo Ministério da Fazenda em 2010, deve ser enfim colocado em prática. Neste ano, o Tesouro vai repassar ao BNDES valor inferior aos R\$ 55 bilhões transferidos em 2011.

A apresentação de Coutinho encontrou eco, disse um dos participantes, na abertura feita pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, na reunião. Diante da queda na taxa de juros, atualmente em 10,5% ao ano, o papel do BNDES como provedor de crédito barato para investimentos começa a perder protagonismo, liberando o banco para exercer um papel mais focado em setores estratégicos.

Ontem, Dilma também promoveu uma reunião setorial sobre a organização de grandes eventos internacionais pelo Brasil, como a Copa de 2014, a Olimpíada de 2016 e a Rio+20.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma define os cortes do orçamento		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Por Fernando Exman e João Villaverde

De Brasília

A presidente Dilma Rousseff decidiu poupar os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Minha Casa, Minha Vida dos cortes que fará no orçamento de 2012. A ideia é priorizar esses investimentos, que devem somar R\$ 25,6 bilhões e R\$ 11,1 bilhões,

respectivamente, para estimular o crescimento da economia neste ano.

O assunto foi debatido no fim de semana pela presidente e membros do governo em preparação à reunião de hoje à tarde a respeito dos cortes do orçamento, que devem ficar entre R\$ 60 bilhões e R\$ 70 bilhões. Também foi discutido o papel do **BNDES**, que deve diminuir a partir deste ano com a expansão do financiamento de longo prazo.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo Federal já tem 22 mil cargos de confiança		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

As funções comissionadas, que vêm crescendo desde o segundo ano do governo Lula, chegaram, no ano passado, a 22 mil. É o maior número desde 2002. Em relação a 2010, houve um aumento de 130 cargos. Para o Orçamento deste ano, a previsão é de que o gasto com a folha de pessoal e encargos sociais ultrapasse os R\$ 203 bilhões. No ano passado, o valor autorizado foi de R\$ 199,7 bilhões. Em 2003, o valor era de R\$ 79 bilhões. De acordo com o governo, hoje mais de 70% dos cargos de confiança são ocupados por servidores públicos de carreira e as nomeações políticas são minoria

Total de cargos comissionados chega a 22 mil

Governo aumenta número de DAS; folha de pagamento e encargos sociais da União chegam a R\$203 bilhões este ano

Cristiane Jungblut

BRASÍLIA. Mesmo vitoriosa na elaboração do Orçamento da União de 2012, quando impediu reajustes para o Judiciário e outras categorias de servidores, a presidente Dilma Rousseff vai arcar este ano com uma folha de pessoal e encargos sociais acima de R\$203 bilhões, além de contar com mais funcionários em cargos de confiança. Antes mesmo de fechar o primeiro ano de seu governo, em outubro, os chamados DAS (cargos de Direção e Assessoramento Superior) já somavam 22 mil, uma barreira que nunca havia sido alcançada. Desde o segundo ano do governo Luiz Inácio **Lula** da Silva, as funções comissionadas no Executivo federal só crescem.

Em 2003, primeiro ano do governo Lula, foi registrada uma queda no total de cargos de confiança, dos 18.374 do último ano do governo Fernando Henrique Cardoso, em 2002, para 17.559 no final do ano seguinte. Mas, depois, o número só cresceu. No final de 2011, foi de 21.870 para 22 mil - cifra que, apesar de pequena, contraria o princípio do rigor fiscal do primeiro ano de Dilma.

O governo se defende: diz que hoje mais de 70% dos DAS são ocupados por servidores públicos de carreira, que as nomeações políticas são minoria e que há um esforço de "profissionalização" do serviço público. Os cargos de

confiança com livre provimento, ou seja, de pessoas de fora do serviço público, são os DAS-6, categoria mais alta, e costumam ser ocupados por indicações políticas. Eles têm remuneração média de R\$21,7 mil e, em 2011, somaram 217 vagas, contra 209 de 2010.

Em 2005, para evitar as acusações de aparelhamento, o governo implantou uma regra. Os DAS de nível 1, 2, 3 e 4 passariam a ser preenchidos, em sua maioria, por servidores de carreira. Em 2007, os DAS ganharam reajuste de até 139,75%, mas há pressão por novo aumento.

Para 2012, a presidente promete manter o rigor fiscal, que vem travando as negociações com o funcionalismo e qualquer aumento salarial. A intenção dos servidores é retomar as negociações a partir da semana que vem. Mas um acordo só teria efeito em 2013, já que, para este ano, Dilma vetou a inclusão no orçamento de projetos que previam recursos para reajustes.

O secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Josemilton Maurício da Costa, disse que, no dia 24, será entregue uma pauta oficial de reivindicação ao **Ministério** do Planejamento. A intenção é agilizar as negociações, já que projetos sobre aumentos precisam ser enviados ao Congresso até agosto, junto com a proposta orçamentária de 2013. Segundo ele, o limite seria uma greve em maio.

- A disposição das entidades é continuar uma negociação unificada. Queremos uma política salarial permanente e acabar com esse artigo que obriga a enviar os projetos em agosto, porque isso engessa a discussão.

Para aprovar o Orçamento de 2012, a maior briga do governo foi com o Judiciário, que queria um aumento médio de 56%. O relator-geral, o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), cumpriu à risca o desejo do Planalto e manteve a proposta original de R\$1,6 bilhão para reajustes de uma pequena parte do funcionalismo, ligada à Educação, e outros R\$2,1 bilhões para concursos públicos e preenchimento de vagas existentes. O governo diz de que as negociações não foram interrompidas, mas é preciso que sejam adequadas à realidade econômica e ao ajuste fiscal.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Petrobras: mão de ferro com nova presidente		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A futura presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster, que toma posse no dia 13, vai dirigir a estatal com mão de ferro e promover uma arrumação geral na diretoria, segundo fontes do setor. Graça também atuará em maior sintonia com o governo

Mão de ferro no petróleo

Nova presidente da Petrobras, que tomará posse dia 13, deve reestruturar diretoria da estatal e atuar mais alinhada ao governo

Ramona Ordoñez, Mônica Tavares

e Gerson Camarotti

Maria das Graças Foster, que toma posse na presidência da Petrobras no próximo dia 13, deverá dirigir a estatal com mão de ferro e vai promover uma arrumação geral, na opinião de executivos do setor ouvidos pelo GLOBO. Atual diretora de Gás e Energia da companhia e um nome de absoluta confiança da presidente Dilma Rousseff, Graça - como é conhecida - assumirá o lugar de José Sergio Gabrielli, há quase sete anos no cargo, em mudança que será anunciada na reunião do Conselho de Administração da Petrobras, prevista para o dia 9 de fevereiro. Segundo uma fonte do setor, uma das primeiras ações de Graça será alinhar a atuação das diretorias, que atualmente trabalham de forma independente. Com seu estilo duro e exigente, que cobra resultados de seus subordinados, Graça deverá ter uma posição mais afinada com o **Governo Federal**, principalmente em relação aos preços dos combustíveis, que vêm sendo usados na estratégia de controle da inflação. Gabrielli sempre teve sérios atritos com Dilma ao ter seus pedidos de reajustes sistematicamente negados.

- Hoje, cada diretoria é um verdadeiro feudo, cada uma vai para um lado, conforme o partido político que tem apoio. Acredito que com Graça as diretorias vão voltar a trabalhar juntas, mais alinhadas - disse um executivo.

Gabrielli, por sua vez, deve assumir uma secretaria no governo de Jaques Wagner (PT-BA), seu padrinho político, depois de passar por uma quarentena. Ontem, Gabrielli disse apenas que cabe ao Conselho nomear a diretoria, assim como cabe ao governador nomear seu secretariado.

- A pauta da próxima reunião do conselho ainda não está definida. Não tenho nada a comentar - afirmou Gabrielli ao GLOBO, por telefone.

Gabrielli acirra disputa na Bahia

Nos bastidores, Dilma já tinha manifestado o desejo de fazer essa mudança desde a transição de governo, no fim de 2010. Mas recuou na ocasião, depois de um pedido do ex-presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva. A presidente só bateu o martelo depois de consultar Wagner. Os dois se encontraram no início deste ano na Base Naval de Aratu, na Bahia, onde ela passou o feriado de Ano Novo. O governador baiano também esteve em Brasília recentemente. Wagner já vinha defendendo que Gabrielli deveria se incorporar ao seu governo para ter uma presença mais constante na política baiana - para tentar consolidar uma candidatura ao Palácio de Ondina, sede do governo estadual, em 2014. A gestão de Gabrielli é bem avaliada no setor sob o ponto de vista de relações públicas, tanto no país quanto na área internacional, mas foi muito criticada pelo **mercado** por promover a bilionária capitalização em 2010, para investir na exploração do pré-sal. Isso porque o governo ampliou significativamente sua participação na companhia, diluindo a dos minoritários.

Para o lugar de Graça está sendo esperado um nome interno, entre os gerentes da área. Também é analisada a possibilidade de mudança em mais alguma diretoria da Petrobras. São seis ao todo, Exploração & **Produção**, Gás e Energia, Engenharia, Abastecimento, Financeira, e Internacional, que têm as forças políticas divididas entre as várias alas do PT e do PMDB. Entre as substituições cogitadas, está a de Guilherme Estrela, que ocupa a de Exploração. Outra troca seria na Internacional, hoje ocupada por Jorge Zelada, que tem o apoio do PMDB.

Ontem, um interlocutor da presidente Dilma lembrava que a relação entre ela e Graça é muito antiga, e anterior ao governo Lula. As duas se conheceram quando Dilma era secretária de Energia do Rio Grande do Sul, no governo Olívio Dutra (PT). Na ocasião, Graça, engenheira química de formação, era gerente da área de Gás e as duas desenvolveram parcerias administrativas. Quando assumiu o **Ministério** de Minas e Energia no governo Lula, Dilma chamou

Graça para ser a Secretária de Petróleo e Gás da pasta. Quando virou chefe da Casa Civil, Graça ocupou novos cargos na Petrobras: primeiro assumiu a presidência da Petroquisa, depois o comando da BR Distribuidora, e, em 2007, passou a ser a poderosa diretora de Gás e Energia da Petrobras.

A saída de Gabrielli antecipa uma disputa interna no PT da Bahia pela sucessão de Wagner. Gabrielli deverá ganhar uma secretaria de visibilidade no governo baiano, já que pelo menos três outros pré-candidatos já estão em campo. Pode até ser criada uma secretaria específica de Minas e

Energia. Mas, internamente, existe uma avaliação de que este não era o melhor momento para ele se afastar da companhia. O ideal, do ponto de vista de alguns petistas, teria sido ele deixar a empresa somente em 2013, mais perto das eleições. No comando da Petrobras, avaliam seus companheiros de partido, ele teria mais visibilidade e força, e um caixa de bilhões para fazer investimentos, inclusive na Bahia. Era essa a estratégia política de Wagner e de setores do PT. Mas não combinava com a decisão da presidente Dilma.

	VEÍCULO AGÊNCIA BRASIL	EDITORIA	
	TÍTULO Argentina diz que <u>comércio</u> bilateral favorece ao Brasil		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Ministra rebate declarações de Fernando PIMentel sobre relações econômicas com o país. Leia Mais

Fernando PIMentel, ministro brasileiro do MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), admitiu em entrevista recente que a “Argentina tem sido um problema permanente”, referindo-se às relações econômicas entre os dois países. O problema é que a frase repercutiu mal no país vizinho e a frase de PIMentel acabou sendo rebatida por Débora Giorgi, ministra da Indústria argentina.

“A realidade não justifica os comentários”, enfatiza Débora, que também afirma que o Brasil está sendo favorecido pelo comércio bilateral com o novo regime de importação argentino, que entrará em vigor no dia 1º de fevereiro. A ministra lembrou que no ano passado o Brasil apresentou superávit de US\$ 30 bilhões em sua balança comercial, dos quais 19,5% foram de responsabilidade argentina.

Em 2011, as importações argentinas de produtos brasileiros aumentaram 23% em comparação a 2010. Dos US\$ 22,7 bilhões exportados pelo Brasil para o país vizinho, 95% foram de produtos manufaturados. As declarações foram feitas logo depois que o governo da Argentina anunciou as medidas referentes ao comércio entre os dois países.

Na semana passada, importadores locais foram informados de que terão que apresentar uma declaração juramentada antecipada na receita Federal argentina e que os pedidos de importação serão examinados e autorizados por Guilherme moreno, secretário de Comércio Interior.

Já nesta semana, Julio de Vido, ministro do Planejamento, mandou investigar a Petrobras e mais quatro companhias petrolíferas, acusadas por empresas de transporte público e de cargas de formação de cartel para aplicar sobrepreços ao óleo diesel. A presidenta Cristina Kirchner tem adotado uma série de medidas para evitar que seu país tenha um problema de caixa.

Fonte: Agência Brasil

	VEÍCULO Jornal do Comercio PE	EDITORIA	
	TÍTULO Governo deve definir hoje os cortes no OGU		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

BRASÍLIA A presidente Dilma Rousseff deverá definir hoje, numa reunião com os 38 ministros, no final da tarde, o corte nos programas dos Ministérios para que sejam economizados cerca de R\$ 70 bilhões no Orçamento de 2012. Desde quinta-feira a presidente vem ouvindo os planos de cada um dos ministros para este ano. As reuniões terminam hoje, com os ministros do setor de infraestrutura. Em seguida, haverá o encontro geral.

Decidido o valor do corte no Orçamento, o Banco Central terá como fazer os cálculos para a política da taxa de juros que vem se mantendo em queda sem comprometer o plano de segurar a inflação deste ano na meta de 4,5%. Na semana passada, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa básica da economia (conhecida por taxa Selic) para 10,50% ao ano. As expectativas do mercado são de que as quedas continuem nos próximos meses.

A ideia posta em prática pela presidente Dilma Rousseff é a de que se o governo segurar seus gastos sobrar espaço para que o BC aja como o mercado espera. Isso dará mais força à oferta de crédito e financiamento assunto que ganhou uma reunião específica com a presidente ontem e da qual participaram os ministros Guido Mantega (Fazenda), Miriam Belchior (Planejamento), Aloizio Mercadante (Ciência e Tecnologia, transferindo-se para a Educação), Fernando PIMentel (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) e

os presidentes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, e da Caixa, Jorge Hereda.

A ideia é favorecer o crédito produtivo, para incentivar o consumo, e também para aumentar a exportação por empresas brasileiras.

A favor do governo está a expectativa de mais um ano de forte arrecadação de impostos, assim como ocorreu em 2011.

Só de receitas extras, fala-se, por baixo, de mais R\$ 18 bilhões. Se confirmado o aumento, uma estratégia poderá ser a de simplesmente limitar o crescimento dos gastos. Dessa forma, os investimentos da União poderiam ser feitos sem corte nenhum.

Para este ano, são previstos investimentos de R\$ 79,7 bilhões, dos quais R\$ 42,4 bilhões são para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A avaliação da equipe econômica é a de que o Brasil vem conseguindo algum descolamento da crise internacional. A questão é que a percepção também é a mesma por parte dos investidores estrangeiros, que passaram a remeter pequenas fortunas para a bolsa brasileira nos primeiros dias do ano. Esse movimento, ao lado de outros indicadores preliminares, fez o dólar recuar mais de 5% desde 1º de janeiro.



VEÍCULO
ESTADAO.COM

EDITORIA

TÍTULO

Após ouvir ministros, Dilma define alvos do corte no Orçamento

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

Presidente começou a consultar os auxiliares na quinta-feira e os indagou sobre planos para 2012; ajuste deve ser de R\$ 70 bi CÉLIA FROUFE / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

A presidente Dilma Rousseff deverá definir hoje, numa reunião com os 38 ministros, no final da tarde, o corte nos programas dos **Ministérios** para que sejam economizados cerca de R\$ 70 bilhões no Orçamento de 2012. Desde quinta-feira a presidente vem ouvindo os planos de cada um dos ministros para este ano. As reuniões terminam hoje, com os ministros do setor de infraestrutura. Em seguida, haverá o encontro geral.

Decidido o valor do corte no Orçamento, o Banco Central terá como fazer os cálculos para a política da taxa de juros - que vem se mantendo em queda - sem comprometer a meta de segurar a inflação deste ano na meta de 4,5%. Na semana passada, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa (conhecida por taxa Selic) para 10,50% ao ano. As expectativas do **mercado** são de que as quedas continuem nos próximos meses.

A ideia posta em prática pela presidente Dilma Rousseff é a de que se o governo segurar seus gastos sobrar espaço para que o Banco Central aja como o **mercado** espera. Isso dará mais força à oferta de crédito e financiamento - assunto que ganhou uma reunião específica com a presidente no domingo e da qual participaram os

ministros Guido Mantega (Fazenda), Miriam Belchior (Planejamento), Aloizio Mercadante (Ciência e Tecnologia, transferindo-se para a Educação), Fernando **PIM**ental (**Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior) e os presidentes do Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**), Luciano Coutinho, e da Caixa, Jorge Hereda.

A favor do governo está a expectativa de mais um ano de forte arrecadação de impostos, assim como ocorreu em 2011. Só de receitas extras, fala-se, por baixo, de mais R\$ 18 bilhões. Se confirmado o aumento, uma estratégia poderá ser a de simplesmente limitar o crescimento dos gastos. Dessa forma, os investimentos da União poderiam ser feitos sem corte nenhum. Para este ano, são previstos investimentos de R\$ 79,7 bilhões, dos quais R\$ 42,4 bilhões são para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A avaliação da equipe econômica é a de que o **Brasil** vem conseguindo algum descolamento da crise internacional. A questão é que a percepção também é a mesma por parte dos investidores estrangeiros, que passaram a remeter pequenas fortunas para a bolsa brasileira nos primeiros dias do ano. Esse movimento, ao lado de outros indicadores preliminares, fez o **dólar** recuar mais de 5% desde 1.º de janeiro.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Mercado se abre para as captações externas		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

As empresas brasileiras estão aproveitando o boom de emissões de dívida para ampliar suas captações externas a custos atrativos. Após um segundo semestre hostil, as captações de países emergentes iniciaram o ano em grande forma. Na semana passada, papéis de governo e empresas desses países obtiveram US\$ 13 bilhões nos mercados externos, o maior volume semanal desde o início do ano passado, segundo a Dealogic. O sinal mais claro dessa recuperação são os dois lançamentos preparados para esta semana, da subsidiária americana da JBS nos Estados Unidos e do banco Banrisul, companhias com risco mais elevado. Petrobras e CSN também cogitam emissões

Mercado externo se abre a empresas de maior risco

Por Fernando Travaglini | De São Paulo

As captações externas mostram vigor cada vez maior neste início de ano, melhor até do que o esperado pelos bancos de investimento que prepararam as operações. O sinal mais claro dessa recuperação do mercado de dívida são os dois lançamentos preparados para esta semana, da subsidiária americana da JBS nos Estados Unidos e do banco Banrisul, companhias com risco mais elevado.

As empresas, que visitarão investidores internacionais para lançar papéis no exterior a partir de hoje, devem se juntar a lançamentos da Petrobras, que pode fazer uma emissão em dólar, e possivelmente da CSN, segundo fontes próximas aos negócios.

Caso a volatilidade permaneça baixa - o VIX, medida da oscilação dos mercados, está no patamar mais baixo desde meados do ano passado, abaixo de 20 -, o próximo passo para o mercado de dívida será o acesso de empresas pouco conhecidas dos investidores ou que nunca emitiram bônus no exterior, como é o caso da Transmissora Aliança de Energia Elétrica (Taesa), controlada pela Cemig, que vem realizando "roadshow" desde o ano passado.

Até o fim do primeiro trimestre do ano, os bancos de investimento já apostam até na volta das operações em reais, a princípio para empresas de primeira linha, como as de energia ou de telecomunicações.

"O mercado mudou de forma muito rápida", diz João De Biase, diretor do Itaú BBA. Até por essa melhora "acima do esperado", nas palavras do executivo, as companhias correm para repetir a estratégia que deu certo em 2011 de antecipar as captações com o receio de que tudo possa piorar novamente na Europa.

"Não acho que vale a pena esperar uma ou duas semanas para ter uma melhora de 0,1 ponto percentual na taxa do título", diz Sandy Severino, diretor do BTG Pactual. "A volatilidade pode voltar", diz.

A melhora do humor do investidor era esperada neste começo de ano, quando eles precisam "colocar o dinheiro para trabalhar". Mas a situação está melhor do que o esperado, fruto de uma recuperação mais consistente da economia dos Estados Unidos e também do bom desempenho dos leilões de títulos soberanos na Europa, mesmo depois do rebaixamento da nota de risco de nove países da região, incluindo a França.

O bom desempenho não foi exclusividade do Brasil. O volume de captação de mercados emergentes soma US\$ 13 bilhões neste início de ano, segundo levantamento da Dealogic.

O cenário traçado pelos bancos de investimento inclui uma saída organizada para a crise na Europa, sem ruptura. Mas, de fato, nenhuma solução para a crise foi apresentada e por isso a volatilidade pode voltar a qualquer momento, fechando a atual "janela" para captações externas.

A janela fecha de qualquer forma no dia 15 de fevereiro, quando se completam os 135 dias estabelecidos pela regra americana para o uso balanço de setembro como base para as emissões. Em seguida vem a safra de resultados, que deve coincidir com uma série de vencimentos expressivos de títulos de dívida soberana na Europa, o que pode trazer de volta a instabilidade aos mercados.

"As empresas, mesmos não precisando de funding, estão aproveitaram o cenário para captar, porque ainda há incerteza", avalia Pedro Bianchi, diretor do Bank of America Merrill Lynch. Mas não há um volume muito elevado de

vencimentos de dívidas neste ano, o que dá certo alívio às companhias brasileiras.

Em função dessa espécie de corrida, os bancos de investimento já esperam que tanto o volume de emissão quanto o número de operações superem o primeiro trimestre do ano passado, quando foram captados US\$ 12,245 bilhões em 16 operações de lançamento de bônus no exterior.

Já se fala em volume de emissões de até US\$ 18 bilhões nos primeiros três meses de 2012. "O apetite está muito grande por emissões brasileiras", diz Leandro Miranda, diretor do Bradesco BBI.

As cinco emissões feitas em 2012 - incluindo a oferta do Tesouro Nacional, que abriu o ano - trouxeram para o país US\$ 4,125 bilhões, segundo levantamento do Valor Data, com captações da Vale e dos bancos Bradesco, Itaú Unibanco e Banco do Brasil.

A demanda equivaleu a, pelo menos, 4 vezes o total ofertado. A procura dá a medida do apetite pelos papéis, diz Richard Dubbs, responsável pela área de dívida da BB Securities em Nova York, que participou de quase todas as operações. Dubbs pondera, no entanto, que os prêmios para novas operações de empresas de risco mais altos ainda permanecem elevados, o que pode dificultar os negócios,

acredita o executivo, recém contratado pelo BB, vindo do BBVA.

"A demanda continua de alguma forma limitada, mas isso pode melhorar se os mercados permanecerem estáveis e os próximos negócios apresentarem uma boa performance no mercado secundário", diz Alexei Remizov, diretor do HSBC.

Os custos estão melhores do que no fim do ano passado, apesar de o prêmio de risco ("spread" sobre a taxa dos títulos americanos) ainda estar acima do patamar anterior. Mas podem cair mais. Há espaço, segundo o BofA Merrill Lynch, para uma redução de até 0,8 ponto percentual para empresas de primeira linha e de até 2 pontos para empresas com maior risco.

A princípio a fila de emissão era composta apenas por empresas que esperavam desde o ano passado por melhores condições de mercado. Havia uma demanda represada que aos poucos começa a fluir. Mas o sucesso das primeiras operações já elevou o número de consultas nos bancos de investimento e outras companhias que pensavam em acessar os mercados apenas no segundo semestre já consideram antecipar a captação, relata Robert Carlson, diretor do Barclays Capital.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma define os cortes do orçamento		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A presidente Dilma Rousseff decidiu poupar os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Minha Casa, Minha Vida dos cortes que fará no orçamento de 2012. A ideia é priorizar esses investimentos, que devem somar R\$ 25,6 bilhões e R\$ 11,1 bilhões, respectivamente, para estimular o crescimento da economia neste ano

Cortes no Orçamento pouparão PAC e "Minha Casa"

Por Fernando Exman e João Villaverde | De Brasília

A presidente Dilma Rousseff decidiu poupar os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida dos cortes que fará no Orçamento de 2012. O assunto foi debatido pela presidente com ministros e presidentes de bancos públicos. A ideia do governo é priorizar esses investimentos, que devem somar respectivamente R\$ 25,6 bilhões e R\$ 11,1 bilhões, com o objetivo de estimular o crescimento em 2012.

Após analisar os efeitos da crise financeira global e seus impactos sobre a economia brasileira, Dilma e ministros discutiram novas medidas de estímulo à indústria e às exportações. A presidente está preocupada com o baixo desempenho da indústria nacional.

Nos últimos dias, Dilma promoveu uma série de reuniões setoriais para definir as prioridades deste ano. Os encontros são preparatórios para a reunião ministerial agendada para a tarde de hoje.

No sábado, Dilma convocou os ministros Fernando PIMentel (Desenvolvimento), Guido Mantega (Fazenda), Aloízio Mercadante (Ciência e Tecnologia e futuro ministro da Educação), Miriam Belchior (Planejamento), Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência), Gleisi Hoffmann (Casa Civil), Antonio Patriota (Relações Exteriores) e Celso Amorim (Defesa) para debater o cenário econômico e políticas de crédito e financiamento.

Participaram também o vice-presidente Michel Temer e os presidentes da Caixa Econômica Federal, Jorge Hereda, e do BNDES, Luciano Coutinho.

O ano de 2012 será de transição para a atuação do BNDES. Essa foi a mensagem passada pelo seu presidente a Dilma e aos ministros reunidos no Palácio da Alvorada, no sábado. De acordo com a apresentação de Coutinho, a atuação do banco foi "central" para o período entre 2008 e 2010, quando a economia brasileira sofreu o impacto da crise mundial e os planos de investimentos foram sustados.

A recuperação da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), principal indicador de investimentos em máquinas, equipamentos e construção civil, a partir do segundo semestre de 2009 ocorreu principalmente devido ao fator "impulsionador" desempenhado pelo BNDES, que naquele ano recebeu um aporte de R\$ 100 bilhões do Tesouro Nacional. Em 2010, ano em que a economia cresceu 7,5%, o BNDES continuou como protagonista dos investimentos, e o aporte do Tesouro permaneceu relevante, de R\$ 80 bilhões.

Já em 2011, quando haveria a "transição" defendida por Coutinho no sábado, a desaceleração econômica induzida pelo governo deu ao BNDES um caráter de apoio ao crédito para investimento, uma vez que a demanda por empréstimos diminuiu, ao mesmo tempo em que o canal privado de crédito ficou mais caro, diante da elevação das taxas de juros (até julho) e das medidas macroprudenciais, que reduziram o ímpeto do consumo, afetando a perspectiva dos investimentos.

"O ano de 2012, enfim, será o de transição do papel do BNDES", disse Coutinho na reunião de sábado, segundo relato de um dos participantes. A ideia é coordenar a "saída" do BNDES do mercado de crédito de longo prazo com o incentivo aos bancos privados - projeto nesta direção, lançado pelo Ministério da Fazenda em 2010, deve ser enfim colocado em prática. Neste ano, o

Tesouro vai repassar ao **BNDES** valor inferior aos R\$ 55 bilhões transferidos em 2011.

A apresentação de Coutinho encontrou eco, disse um dos participantes, na abertura feita pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, na reunião. Diante da queda na taxa de juros, atualmente em 10,5% ao ano, o papel do **BNDES** como provedor de crédito barato para investimentos começa a perder protagonismo, "liberando" o

banco para exercer um papel mais focado em setores estratégicos.

Ontem, Dilma também promoveu uma reunião setorial sobre a organização de grandes eventos internacionais pelo Brasil, como a Copa de 2014, a Olimpíada de 2016 e a Rio+20.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Amazonas lança o seu "bacalhau tropical"		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Bettina Barros | De São Paulo

Ele é grande, gorduroso, tem a carne escura e só nada nas águas mornas dos trópicos. Mas graças a uma iniciativa público-privada inédita, o pirarucu, um dos maiores peixes da Amazônia, chegará este ano à mesa dos brasileiros de outra forma: como bacalhau.

Essa, pelo menos, é a expectativa da comunidade ribeirinha da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá, responsável pela pesca controlada, do governo do Amazonas, que bancou o projeto, e do Grupo Pão de Açúcar, que terá exclusividade para a distribuição do produto no país.

O processo de produção já está em andamento. Por meio de um investimento de R\$ 1,5 milhão, divididos entre o Estado e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), uma fábrica para a salga do pirarucu foi montada dentro da reserva, com capacidade de processamento de 1,5 mil toneladas de peixe por ano. Batizada de Agroindústria de Maraã, a planta foi entregue em agosto, emprega 80 operários locais e recebe peixes de exatos 1.001 pescadores. É um número nada desprezível no universo de oito mil habitantes em Mamirauá. E pode representar não só uma guinada na renda dessa parcela da população como dar sentido econômico para a preservação de uma área altamente biodiversa da Amazônia.

"Esse projeto corresponde a uma política de sustentabilidade real e não ficcional", diz Eron Bezerra, da Secretaria de Estado da Produção Rural (Sepror) e entusiasta do projeto. "É um passo importante para a verticalização da produção regional do Amazonas - ainda muito dependente da Zona Franca de Manaus. Fizemos a primeira fábrica de bacalhau da América do Sul. É uma experiência distinta de tudo o que se fez até hoje. Não podemos errar".

Mas pirarucu pode ser vendido como bacalhau? "Não existe um peixe chamado bacalhau. Ele é o resultado de uma metodologia de processamento de salga", explica a veterinária Meg Felipe, especialista no assunto dentro do Pão de Açúcar. A literatura mostra que tradicionalmente cinco espécies são "transformadas" para esse fim (ver gráfico). São peixes de águas profundas e frias - por isso os mais famosos exemplares saem da Noruega e de Portugal.

Entendedores dizem ser possível distinguir uma espécie de outra até na bandeja - filés mais carnudos, mais ou menos escuros, fibrosos. O pirarucu, assim, viria para engrossar esse caldo. "É uma tentativa de tropicalização do bacalhau", afirma Meg.

"A nossa primeira meta é vender para o Pão de Açúcar. A segunda é vender aos noruegueses", diz, provocativo, Bezerra.

No ano passado, o pirarucu foi processado e distribuído, sob a marca "Bacalhau da Amazônia", apenas para o mercado local. Chegaram à fábrica 5.865 peixes - cerca de 130 toneladas. Por serem manejados, o Ibama fica responsável pela determinação de uma cota anual de pesca, que se baseia na evolução da população de pirarucus. Só é permitido retirar 30% dos adultos contados no levantamento feito todos os anos de estoque de peixes, para que não se corra o risco de sobrepesca. É considerado adulto exemplares com no mínimo 1,5 metro.

A prova de fogo será nesta Páscoa, quando o primeiro bacalhau brasileiro será direcionado para os mercados consumidores do Sul e Sudeste. A princípio, o mesmo volume de peixe de 2011 está sendo considerado para este ano.

"É um projeto de sustentabilidade fascinante", diz Paulo Pompilho, diretor de Relações Institucionais do Pão de Açúcar. Nos últimos meses, o executivo viajou diversas vezes à Mamirauá para acertar detalhes do negócio e orientar à comunidade sobre como atingir os padrões de qualidade exigidos pelo grupo. Ele conta que a salga do pirarucu ocorre há muito tempo. Por tradição, quando o peixe começava a estragar, os ribeirinhos o salgavam para estender o prazo de consumo da carne. "O desafio foi fazer entender que o processo de salga deveria ser o contrário, com o peixe fresco". A expectativa do Pão de Açúcar - que vende mais de cinco mil toneladas de bacalhau importado a cada ano - é que o bacalhau amazonense abocanhe pelo menos 5% desse mercado.

A pesca representa 65% da renda dessas comunidades. O elo dessa cadeia que começa com o manejo correto e passa pela fábrica local, se estende pela garantia de compra total do produto pelo governo do Amazonas e

encerra com a garantia de compra e distribuição do Pão de Açúcar. A Sepror subiu o pagamento do quilo de pirarucu, vendido antes a R\$ 3,50, para R\$ 5,50. De acordo com Bezerra, o lucro da venda para o grupo varejista será integralmente revertido para Mamirauá.

Para 2012, uma segunda fábrica de processamento da bacalhau está prevista no município de Fonte Boa, também dentro da reserva, o que deve elevar a capacidade instalada total para 5 mil toneladas de bacalhau por ano.

Ana Cláudia Torres, técnica em manejo de pesca do Instituto Mamirauá, acredita que o atrativo dessas iniciativas é também uma oportunidade de provocar a migração para a legalidade nesse mercado. O pirarucu é uma presa

relativamente fácil porque se locomove pouco e sobe à superfície para respirar, tirando praticamente todo o dorso para fora da água. Ela estima que ao menos quatro toneladas vendidas por mês são resultado de pesca ilegal.

O manejo do pirarucu é feito entre outubro e novembro. De 1º de dezembro a 31 de maio é decretado o período de defeso, e os meses restantes são de espera do aval do Ibama. Por esse motivo, o governo estadual já estuda criar novos projetos para dar sustentação à fábrica. "Já que não temos matéria-prima para todo o ano, vamos processar outros tipos de peixes de menor valor agregado", afirma Bezerra. Entre as possibilidades estão o surubim, o pintado, o jaraqui e o piramutaba, todos típicos exemplares da região.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO • Governo terá de bloquear R\$ 70 bi para cumprir meta de superávit		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Essa é a projeção de economistas ouvidos pelo Brasil ECONÔMICO para que a meta de 3,1% do PIB seja factível

Simone Cavalcanti

O **Governo Federal** precisa bloquear R\$ 70 bilhões do orçamento deste ano para cumprir a meta integral de superávit primário (economia de receitas para pagar parte dos juros da dívida pública).

Analistas ouvidos pelo Brasil ECONÔMICO estimam que, sem esse volume de contingenciamento, dificilmente será possível alcançar os 3,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**) estabelecidos como objetivo para todo o setor público brasileiro.

A equipe econômica deve se empenhar nesta semana para fechar efetivamente o valor.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, participou na sexta-feira (20) e no final de semana de reuniões coordenadas pela própria presidente Dilma Rousseff com grupos de ministros de cada setor do governo.

Os encontros foram para elencar projetos e diretrizes para o ano, ter uma visão mais efetiva do que pode ser cortado, mesmo que de maneira cirúrgica, além de servir como preparação para a primeira reunião ministerial de 2012, marcada para hoje à tarde.

Se chegar a essa magnitude esperada pelos economistas de **mercado**, o corte será R\$ 20 bilhões superior ao que foi anunciado no início do ano passado.

No entanto, Fernando Montero, economista-chefe da Convenção Corretora, lembra que, se viesse um contingenciamento crível, os R\$ 50 bilhões de 2011 seria suficiente. “O do ano passado não foi crível: cortaram onde juraram não cortar, houve surpresas do lado das receitas, atrasos na execução de investimentos e gerenciamento na boca do caixa”, diz.

Gasto fixo

O economista Felipe Salto, da Tendências Consultoria Integrada, complementa que o governo não conseguiu colocar em prática uma estratégia de médio prazo de redução para a maior de suas despesas: a folha de pagamentos. Ele

defende que um limite para a alta dos gastos com funcionalismo seja colocado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

• Já o governo continua aguardando a aprovação de um projeto de lei que tramita no Congresso Nacional há pelo menos três anos. “Contingenciamento não é garantia de redução de gastos, é apenas uma sinalização de que os recursos para as despesas estão congelados até segunda ordem”, afirma Salto que considera um corte de R\$ 60 bilhões para chegar ao alvo do superávit e outro de R\$ 30 bilhões para não cumprir a meta efetiva, mas com aumento dos investimentos públicos que reduziram 9% em termos reais (descontada a inflação) de 2010 para 2011.

Bastidores

Integrante do Palácio do Planalto afirma que, internamente, a presidente repete exaustivamente que a indicação é de manter o aperto nos gastos de custeio, a retenção dos reajustes de salário do funcionalismo e das contratações.

A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, já havia avisado em agosto passado que, da mesma maneira que ocorreu em 2011, concursos e reajustes serão restritos neste ano: “Só em áreas muito localizadas.” Mas o fato é que, para mais ou para menos, o bloqueio vai acontecer e será de, no mínimo, R\$ 25,6 bilhões como indicou Belchior ao anunciar o volume de recursos que podem ser descontados do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Como o governo, até o momento e pelo menos oficialmente, indica não estar disposto a usar essa prerrogativa, o especialista em contas públicas Mansueto de Almeida diz acreditar que o corte mínimo deve ser de R\$ 60 bilhões, podendo chegar a um limite de R\$ 70 bilhões.

Para chegar a isso, ele considerou o fato de que o Congresso Nacional elevou a previsão de receitas em R\$ 26 bilhões, os recursos do **PAC** que não devem ser descontados de R\$ 25,6 bilhões e mais uma reestimativa de despesas entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10 bilhões enviadas pelo Executivo ao Congresso, mas que os parlamentares não acataram. “Atingir a meta é difícil, mas não impossível”, disse, lembrando que sempre é possível haver receitas extraordinárias para ajudar

nas contas federais, sejam elas de processos judiciais com ganho de causa ao governo sejam os dividendos de estatais

que foram “economizados” em 2011 para entrar no caixa em tempos mais difíceis.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO • Orçamento de 2012 da União prevê R\$ 2,2 tri		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Esse é o total de receitas estimadas. O texto prevê ainda R\$ 2,1 trilhões em despesas.

A presidente Dilma Rousseff sancionou, sem vetos, o Orçamento para 2012, prevendo receitas de R\$ 2,257 trilhões, e despesas de R\$ 2,151 trilhões.

O decreto, aprovado pelo Congresso Nacional no final de dezembro passado, foi divulgado no Diário Oficial da União na última sexta-feira (20) e considera a soma das estimativas de gastos e receitas para o Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e da dívida pública.

Ele prevê ainda despesas de R\$ 896,8 bilhões no Orçamento Fiscal, que exclui gastos com o pagamento da dívida e as despesas com seguridade social.

Detalhamento

Para o financiamento da dívida pública federal, estão reservados gastos de R\$ 655,5 bilhões.

Já para a seguridade social, o Orçamento prevê receitas de R\$ 535,7 bilhões e despesas de R\$ 598,2 bilhões.

Os investimentos neste ano são estimados em R\$ 106,83 bilhões, e a parte para pagamento de pessoal chega a R\$ 203,24 bilhões.

O valor não contempla os reajustes salariais dos servidores ou o aumento real dos benefícios pretendidos pelos aposentados que ganham acima do salário mínimo.

A concessão destes reajustes, aliás, foi um dos pontos controversos da proposta orçamentária encaminha pelo governo ao Congresso e discutida no final do ano passado por parlamentares antes de o texto ser de fato aprovado.

Cortes

O anúncio oficial das despesas e receitas previstas para 2012 também dá início a contagem regressiva para os esperados cortes de gastos que o governo quer fazer em seu esforço de aperto fiscal.

O anúncio do tamanho total será feito nos próximos dias.

Segundo fontes, os reajustes salariais aos servidores públicos, a contratação de pessoal e a realização de concursos público devem ser contingenciados.

Um dos objetivos do corte orçamentário é assegurar espaço para o afrouxamento da política monetária, com a redução da taxa básica de juros (Selic) pelo Banco Central.

Na quarta-feira (18), em seu primeiro encontro do ano, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a Selic em 0,50 ponto percentual, para 10,50% ao ano.

Foi o quarto corte seguido dessa magnitude, em um movimento iniciado em agosto passado, e amplamente esperado pelo mercado.

Com isso, o Planalto pretende estimular o mercado interno em um cenário de possível redução da demanda externa devido à crise na zona do euro.

Rafael Abrantes, com Reuters e ABr

ORÇAMENTO 2012

- 1
- Meta de superávit é de R\$ 139,8 bilhões
- A meta de superávit primário deste ano é de R\$ 139,8 bilhões, o que equivale a cerca de 3% do Produto Interno Bruto (PIB).

E esse número inclui todo o setor público, formado por: governo central (Governo Federal, Banco Central e INSS), governos regionais (Estados e municípios) e empresas estatais, como Petrobras e Eletrobras, por exemplo.

2

• Seguridade social consome R\$ 535,7 bi

• Do total das receitas previstas pelo governo, o orçamento da seguridade social consumirá R\$ 535,7 bilhões - nessa conta estão todas as entidades e órgãos a ela vinculados, além de fundos e fundações, todos instituídos e mantidos pelo poder público.

Já o dinheiro necessário para o pagamento de pessoal, em 2012, chegará a R\$ 203,24 bilhões.

•

• 3

• **Lei abre caminho para cortes no PAC**

Dilma sancionou a lei abrindo a contagem regressiva para anunciar o contingenciamento do período e mantendo a possibilidade de abater até R\$ 25,6 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para cumprir a meta de superávit primário.

Neste ano, ela é de R\$ 139,8 bilhões, ou cerca de 3% do Produto Interno Bruto brasileiro.

• 4

• **Contingenciamento no funcionalismo público**

• Para perseguir o objetivo de novas reduções na taxa básica de juros do país, hoje em 10,50% ao ano e uma das mais elevadas do mundo, especialistas entendem que o contingenciamento deveria chegar a R\$ 70 bilhões.

Os reajustes salariais aos servidores públicos, a contratação de pessoal e a realização de concursos públicos devem sofrer restrições.

• **DÍVIDA**

R\$ 655 bi

é quanto está reservado no Orçamento para o pagamento da dívida pública federal.

• **INVESTIMENTOS**

R\$ 106,8 bi

é o valor estimado para os investimentos dentro do orçamento aprovado no Congresso



VEÍCULO CBN – MANAUS	EDITORIA	
TÍTULO Gabrielli deve deixar comando da Petrobras em fevereiro		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Segundo a rádio CBN, o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, deve deixar o cargo em fevereiro. Nos bastidores, é dado como certo o nome da diretora de Gás e

Energia, Maria da Graça Foster, para o comando da estatal. A mudança era um desejo antigo da presidenta Dilma Rousseff e só não ocorreu no ano passado por interferência do ex-presidente Lula.



VEÍCULO RADIO CBN – MANAUS	EDITORIA	
TÍTULO Presidenta Dilma realiza hoje primeira reunião ministerial do ano		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

De acordo com a rádio BandNews, a presidenta Dilma Rousseff realiza hoje a primeira reunião ministerial do ano. No fim de semana, ela reuniu ministros de diversas Pastas para tratar de metas econômicas e de grandes eventos, como a Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016.

Pesquisa Datafolha divulgada ontem mostra que Dilma tem aprovação superior a de Lula no primeiro ano de mandato.